



GT 01 - *Geografia Escolar, Políticas Curriculares Neoliberais e Resistências*

Coordenadores:

Ana Carolina de Oliveira Marques (UEG)

Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UFCG)

Maria Adailza Martins de Albuquerque (UFPB)

Maria de Fátima Almeida Martins (UFMG)

Willian Simões (UFFS)

O GT 01 - *Geografia Escolar, Políticas Curriculares Neoliberais e Resistências*, contou com 35 trabalhos aprovados, dos quais 33 foram apresentados ao longo dos quatro dias de atividades. Como este foi o primeiro ano em que o GT foi instituído, acreditamos que tivemos grande inserção no campo da Educação geográfica e pudemos contar com a participação de professores pesquisadores de instituições de todas as regiões brasileiras, contabilizando 12 estados da federação. Além disso, tivemos a presença de um número significativo de professores da rede pública, que estão em sala de aula e também são pesquisadores na academia. Quadro que nos possibilitou ver um painel geral do país sobre as temáticas tratadas. O GT foi organizado para funcionar em quatro dias, para tanto, selecionamos uma temática para cada encontro, de modo a conjugar trabalhos que discorressem acerca de questões correlatas. Concordamos que seria importante que todos os trabalhos apresentados fossem discutidos, assim as apresentações foram distribuídas em cada dia em dois blocos de cerca de 4 artigos, com um debate entre eles e outro no final, de modo a contemplar todos os participantes com apresentações e questionamentos.

Para o primeiro encontro selecionamos os trabalhos que traziam como tema central *Formação e Prática Docente* (08 trabalhos); no segundo, o tema que conjulgava o grupo teve como título *BNCC e ensino médio* (09 trabalhos), já no terceiro dia de evento, reunimos aqueles que tratavam mais especificamente dos movimentos de *Resistências* (10 trabalhos) e, no último dia de atividade, reunimos um grupo de trabalhos que traziam temáticas e puderam ser reunidas com o título *Geografia Escolar, Educação e Política* (08 trabalhos). De acordo com as condições de participação dos congressistas estes arranjos foram reelaborados, porém sem mudança de temas para cada dia.

No geral observamos que há no país um movimento crescente de críticas aos documentos curriculares e de resistência frente às políticas neoliberais que se apresentam



para a educação como um todo e, mais especificamente, para o ensino de Geografia. O GT que foi pensado a partir das análises que vem sendo desenvolvidas pelo GT permanente de Educação Geográfica da ANPEGE teve a oportunidade de trazer a baila questões importantes que estão sendo vividas nas escolas (remotas ou presenciais), além daquelas tocantes à implementação dos documentos curriculares como a BNCC Ensino Fundamental, BNCC Ensino Médio, Reforma do Ensino Médio e os documentos curriculares estaduais que estão sendo ou serão implementados nas redes educacionais de todo o país nos próximos anos, iniciando já com a retomada das aulas presenciais; além da BNC – Formação que também compôs as análises apresentadas e foi discutida no grupo.

Questões problematizadas:

- Evasão nos cursos superiores de Geografia, por questões econômicas, sociais, culturais e a falta de apoio para permanência acadêmica, especialmente de cotistas. A tardia participação de grandes universidades nos projetos de cotas.
- Os problemas desencadeados pelas mudanças no PIBID que passou a ser um difusor de práticas necessárias à implementação da BNCC na educação básica, atingindo a autonomia docente e dos projetos.
- A ausência da Geografia como disciplina nos currículos estaduais que tem a BNCC e a Reforma do Ensino Médio como referências, com isto não há garantia dos conteúdos de Geografia, que aparecem, de forma pouco sistemática em componentes flexíveis que não são ofertados por professores especialistas.
- A valorização da Pedagogia das competências na BNCC e sua adoção nos currículos estaduais, visando uma formação alienada para o atual mercado de trabalho precarizado, flexível e que visa cumprir as necessidades da reestruturação produtiva, com valores pautados no protagonismo e nos projetos individuais de vida.
- Com a adoção da resolução de problemas com metodologia por parte das escolas brasileiras, as pesquisas identificaram que os problemas trabalhados são fictícios, não correspondem à realidade dos alunos e não os colocam em situação que pudessem capacitá-los para a vida.
- A desigualdade entre as escolas públicas e privadas tendem a se ampliar com a BNCC e os mais pobres não terão acesso ao conhecimento sistematizado, o que os colocará em desvantagem na vida escolar e no mundo do trabalho.
- A redução da contratação de professores especialistas nos estados, pois os itinerários formativos podem ser ofertados por qualquer professor da área, assim os



conhecimentos referentes ao espaço geográfico não terão garantia nos currículos escolares.

- A pressão sobre os professores tem se intensificado tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, para que assumam o discurso da BNCC, tanto em suas práticas quanto em suas redes sociais privadas. Além dessas pressões outras têm provocado um processo de adoecimento físico e mental desses sujeitos;
- As contradições dos documentos como a BNCC e Reforma do Ensino Médio, que recorrem a conceitos que têm origem nas teorias críticas, os tiram de contexto e os difundem com perspectivas neoliberais. Isto tem enganado parte dos professores da escola pública que não tinham ainda para esta questão.
- As práticas escolares dos professores, seus projetos, suas atividades extra escolares, dentre outras, passaram a ser controladas pelas plataformas digitais adotadas pelas redes municipais, estaduais e privadas, utilizadas durante a pandemia e que podem permanecer como espaço educacionais;
- A ofensiva do agronegócio, em especial nos estados onde o discurso sobre o emprego entra nas escolas, por meio de estratégias utilizadas pelos representantes do capital agroindustrial canavieiro para capturar a subjetividade dos estudantes e transformá-los em trabalhadores a serem explorados; além disso, seus projetos para a educação com interferências direta em currículos estaduais, nos editais do PNLD e até por meio de cooptação de pais, alunos e professores por grupos como as “mães do agro”.
- O controle de grupos econômicos, das editoras e de espaços estratégicos na definição de políticas voltadas à produção dos livros didáticos.

Proposições:

- ✓ Lutar pela garantia da Geografia como uma disciplina regular, com carga horária compatível com a formação crítica no currículo do Ensino Médio;
- ✓ Mobilizar a comunidade geográfica, as associações, como a ANPEGE, AGB, sindicatos, associações de pais entre outras, para defender a presença da disciplina Geografia no currículo das escolas brasileiras;
- ✓ Disputar o currículo em todos os níveis, deste a implementação dos novos documentos até as práticas em sala de aula;
- ✓ Este GT deve levar subsídios e provocar a ANPEGE para que esta acompanhe e denuncie a implementação dessas reformas educacionais no Brasil;



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDICÃO ONLINE

Discutir o papel das novas tecnologias no processo de escolarização para se enfrentar os problemas decorrentes do uso alienado das mesmas;

- ✓ Mapear os projetos positivos de experiências de resistência em todo o país.